ATA DA PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE

No dia 12 de abril de 2016, às 8h40, o Diretor Regional Sudeste, Francisco Carlos de Oliveira, e o Presidente do SINPAF Nacional, Júio Guerra, fizeram a abertura da Plenária Regional Sudeste.

Em seguida, o Diretor Regional iniciou o debate sobre a Pauta proposta para esta Plenária; contudo, sendo questionado pelos delegados quanto a necessidade de a Plenária primeiramente eleger seu Secretário e o Relator e sendo esta proposta aceita pela Plenária, procedeu-se esta alteração. Assim, o Diretor Regional indicou o colega José Carlos para ser o secretário da mesa e a colega Kátia Braga colocou-se a disposição para ser a relatora, sendo ambos aprovados pela Plenária. Com a mesa composta pelo Diretor Regional, Secretário e Relatora deu-se prosseguimento as alterações na Pauta, que foram: 1) mudanças de horário *para alguns dos temas propostos, 2) destaque para a questão do CONSAD como um tópico* específico e a parte e 3) a transferência da intervenção do presidente da Seção Sindical Cruz das Almas, Orlando Silva, para o dia 13 de abril, junto ao tópico sobre os Projetos de Lei. No que tange o Regimento Interno da Plenária, as alterações realizadas foram: no Capítulo II Artigo 4 inclusão da cidade de Juiz de Fora como sede da próxima Plenária Regional Sudeste; *no Capítulo 6, Artigo 11, Parágrafo Segundo removeção das palavras "a mesa"; no artigo 12* remoção da expressão "ou questões de ordem"; no capítulo 8 alteração do título para "DAS PROPOSTAS DELIBERADAS PELA PLENÁRIA" e exclusão do artigo 18, alterando a numeração dos artigos na sequência. Essas alterações foram aprovadas pela Plenária e a pauta e o regimento corrigidos encontram-se anexados ao final desta Ata.

Em seguida, a mesa destacou que a próxima Plenária Regional Sudeste será realizada em Juiz de Fora e terá como anfitriã a Seção Sindical Gado de Leite.

Dando prosseguimento o prof. Helder Molina da UERJ fez uma Análise da Conjuntura Política e Econômica do país abordando questões históricas como a escravidão, abolição e o longo *tempo de ditadura como legados da ausência de direitos, destacou a CLT como o primeiro* pacto com os trabalhadores, a aliança que o estado fez com o capital estrangeiro criando um capitalismo dependente dos interesses internacionais e a ausência de um projeto autônomo de capitalismo com uma mínima representação dos trabalhadores. Mencionou que na década 1980, na democracia parlamentar, houve uma participação maior da classe trabalhadora e que *hoje a realidade é outra pois temos um parlamento extremamente conservador e a política* virou um grande negócio com o financiamento privado. Destacou que no final de séc. 20 houve uma experiência muito curta de mudança que por não mexer nas regras do jogo teve que fazer um pacto com as elites dominantes e, também, que o modelo neodesenvolvimentista baseado no consumo, no crédito, que não altera a infraestrutura, nem a ordem da "casa grande" e que *deu liberdade e colocou comida no prato da "senzala" entrou em crise, gerou desgastes no* governo e a crise política atual. Ressaltou ainda que o capitalismo brasileiro é um parasita que sobrevive do Estado e que há uma certa maquiagem com as políticas públicas; que não houve enfretamento da reforma tributária e nem da reforma política. Hoje estamos pagando o preço histórico de todo esse contexto. Todos os benefícios que temos hoje veio da luta, da luta de *classes, não de benesses. Corre-se o risco de, após a votação do impeachment, se perder*

muitos direitos econômicos, sociais, politicos e civis com a retomada da hegemonia do grande capital.

Em seguida, abriu-se o debate: o Diretor Regional fez algumas considerações sobre o tema falando da nossa empresa nesse contexto atual e destacando a possibilidade de luta armada no país que já se inicou com a morte de trabalhadores; André Gomes destacou a questão de limitações impostas às empresas públicas pelo governo como tem ocorrido na Embrapa; Mário Urchei ressaltou a necessidade de termos uma capacidade de reação baseada na análise, no entendimento do contexto, na luta e no enfrentamento, que devemos rever a nossa ação corporativa e retomar a luta política juntamente com outros sindicatos; Damaris colocou dois questionamentos: 1) ao prof. Molina pediu esclarecimento sobre o comportamento do Poder Judiciário, 2) ao Presidente do SINPAF perguntou se havendo impeachment da Presidenta qual seria a ação do Sindicato; Carmelita solicitou ao professor um esclarecimento sobre a relação entre o que está acontecendo na França e outros países europeus e a questão do impeachment; Francisco Corrales destacou que devemos lembrar que somos um movimento de resistência e que devemos rever o nosso estado de espírito, que devemos ter coragem porque o "jogo está sendo jogado", solicitou ao professor que comentasse sobre a questão da crise do sindicalismo que deixou de ocupar espaços e de cumprir seu papel; Orlando destacou um postulado de Carl Marx que não se pode questionar – "a história da sociedade é a história da luta de classes" - e, também, que havendo ou não impeachment, a luta deve continuar pois ainda há muito a ser conquistado; Flávio questionou as reformas não realizadas pelo governo - da CLT, da previdência, política -, destacando a necessidade de mudar as pessoas que estão no poder e levantou a questão da filização à CUT. Em seguida, passou-se a palavra ao prof. Molina, que destacou que, embora intelectual, é militante desde a sua juventude e reforçou que a história da sociedade é a história da luta de classes sim e que é preciso fazer a autocrítica da classe trabalhadora brasileira pois os sindicatos abandonaram o estudo e o debate sobre a conjuntura nacional, deixaram o espaço da rua e precisam retomar, deixaram de mobilizar. Ele também destacou que ninguém é neutro, nem o judiciário, questionando a origem dos juízes no Brasil. Também destacou que no Brasil, não tivemos um estado de bem estar social e que este estava sendo construído junto com a classe trabalhadora. Mencionou que o capital estrangeiro está de olho no Brasil pelas suas riquezas renováveis e não renováveis e que o nosso país é um entrave para os interesses internacionais. Destacou ainda que o monpólio da mídia não foi enfrentado e que o governo tinha ferramentas pra isto. Disse que tudo isto precisa precisa ser dito para as nossas bases, chamando a atenção que o nosso parlamento tem a cara do povo brasileiro. Para concluir, Molina ressaltou que o capital domina pelo consenso (convencimento – papel da mídia) ou pela coerção (força) e esclareceu alguns aspectos da situação na França e na Europa, destacando que a luta ainda não está perdida, que os empresários sabem muito bem o que querem e que todos nós, sindicalistas, precisamos ter memória histórica. Em seguida, o Presidente do SINPAF respondeu ao questionamento da colega Damaris dizendo que o sindicato vai continuar lutando e menciou que existe disputa pelo poder quando se está no poder e que em nossa categoria de 9.700 trabalhadores nem todos são revolucionários. O secretário da mesa propos como encaminhamento a mobilização da categoria para continuar a luta sindical e a relatora completou propondo que no período da

tarde, após análise de conjuntura sindical, se defina concretamente por meio de quais ações e através de quais métodos o SINPAF irá mobilizar a categoria para a luta.

Ao retornar do almoço, realizou-se a apresentação dos participantes da Plenária. Em seguida, passou-se a palavra ao Presidente do SINPAF para a Análise da Conjuntura Sindical. Ele destacou o crescente desinteresse das pessoas por movimentos de massa, as grandes manifestações que têm ocorrido por meio da comunicação digital, a necessidade de reinvenção do Sindicato para a sua sobrevivência, a forma hegemônica como o SINPAF foi conduzido durante 14 anos e que isto também ocorreu em outros Sindicatos, a falta de senso comum inclusive entre categorias e a necessidade de construção de um projeto coletivo. Ele também ressaltou a fala do Gilmar Mendes colocando todos os dirigentes sindicais como ladrões e quadrilheiros, que enfrentamos dificuldades com nossos filiados pois a categoria é oportunista e só milita em função de ganhos monetários; disse ainda que dizem que o Sindicato Nacional é pelego porque ele não faz o que outros dirigentes querem que seja feito. Colocou que todos os sindicatos enfrentam a dificuldade da mobilização conjunta porque falta a eles o senso comum que é o que permite a integração da luta e que, além disso, existe uma disputa de poder. Falou da ação corporativa da Embrapa e de outras categorias frente a questão da privatização e da necessidade de qualificação dentro do movimento sindical para processos de intervenção social para, por exemplo, fazer o enfrentamento da mídia. Internamente, destacou a questão da negociação e da dificudade em se obter avanços, algo que já vem ocorrendo nos últimos anos e afetando outras categorias e que o contexto atual de crise política e econômica tornará a negociação do ACT neste ano ainda mais dificil.

Dando prosseguimento, abriu-se o debate: o Diretor Regional tomou a palavra e destacou que o movimento sindical perdeu a capacidade de luta e fez uma análise da conjuntura; Tércia colocou a necessidade de um debate mais concreto e voltado ao nosso sindicato e da necessidade da construção de um projeto coletivo de senso comum, olhando para aquilo que se fez e o que poderia ser melhorado e questionou como será a nossa atuação futura, em que frentes vamos atacar; Kátia falou sobre a falta de integração entre as ações sindicais locais e nacional diante dos novos desafios; Adilson questionou o que mudar para mobilizar os filiados, colocou a questão da participação dos não filiados nas Assembleias e da necessidade de uma atitude, ressaltou a necessidade de um posicionamento coletivo do Sindicato frente a ausência dos delegados de Sete Lagoas na Plenária e de uma definição da estratégia de negociação no contexto atual, sugerindo que negociássemos diretamente no TST. Nesse momento, o Secretário da mesa interveio colocando a questão sobre o tempo das intervenções, apresentando a proposta de debate em blocos o que foi questionado pelo Mário ressaltando que, em sua opinião, isto não estava em acordo com o regimento interno que havia sido aprovado. Após breve debate, a Plenária entendeu que o debate em blocos era cabível e deu-se prosseguimento. O Presidente do SINPAF esclareceu que a Diretoria Nacional já havia acionado a Assessoria Jurídica para uma ação contra a não liberação dos delegados da Seção Sindical Sete Lagoas, propos um debate sobre a central sindical a qual estamos filiados e que façamos uso do que ela tem a nos oferecer. Destacou ainda que há dirigentes que não comunicam as decisões da Diretoria Nacional aos seus filiados e que precisamos fazer sim um processo concreto de integração; comentou que todos os movimentos sindicais foram atropelados pelas Pls e ressaltou que somos muito pequenos para sermos divididos e que

devemos aguardar o cenário clarear para então recorrermos a métodos mais extremos em relação ao ACT. Falou que a cobrança do imposto sindical serve também para sindicatos que *não tem base e que necessitam deste recurso para se manter. Em seguida, Corrales destacou a* importância da articulação com outras categorias pois assim poderemos atuar melhor internamente, mencionou a articulação feita com outros movimentos sindicais na Seção Sindical Campinas e Jaguariúna em função das PLs e que não houve uma orientação da Diretoria Nacional sobre esta questão; Carmelita destacou que a luta por direitos é atribuída a *partidos de esquerda e que havia recebido uma mensagem questionando a participação do* sindicato no evento da praça dos Arcos, na noite do dia 11 de abril, e que entende que o Sindicato precisa ser bem firme e claro nestas questões para que os dirigentes das Seções Sindicais possam trabalhar com mais tranquilidade em suas bases; Damaris questionou quem já usufruiu de cursos da CUT e várias pessoas levantaram a mão, destacou que não entende o *porque da intenção de desfiliação da CUT uma vez que é a única Central que acolhe o povo, o* pobre, o camponês e aquele que não tem voz e nem vez e acrescentou que falta trazer para a plenária problemas do dia a dia da empresa como o Integro, SAAD, Controle de Ponto, além do contexto maior; André ressaltou que o momento político atual exige prudência e que não seria prudente nos desfiliarmos da central agora, que precisamos promover o diálogo dentro do *sindicato, que podemos ter divergências mas que o nosso foco são os trabalhadores da* pesquisa agropecuária, que devemos cuidar para que as questões eleitorais não interfiram na construção de um sindicato mais atuante; Mário destacou que polarização por polarização não acontece dentro dos processos do sindicato, que o nosso sindicato é de trabalhadores como disse o Molina pela manhã e que precisamos avaliar a atuação do nosso sindicato para que ele *não se torne corporativo e passemos de forma marginal por processos mais amplos, que* precisamos de uma articulação mais efetiva para mobilizar as regiões, que falta democracia nos processos e decisões, que viramos muito conciliadores, que nosso Sindicato deve ser apartidário mas com direcionamento de esquerda, que devemos fazer um processo de luta articulada com outros sindicatos e que a luta política não é jurídica; Adilson pediu a palavra, *questão de ordem pelo artigo 11, solicitando que após a próxima apresentação se retomasse o* debate e fizesse os encaminhamentos. O Presidente do SINPAF comentou que se as Seções Sindicais conseguem fazer o debate com outras instituições locais em sua região isto é importante, que alguns dirigentes não conhecem as PLs e precisam aprofundar este debate, reforçou que há quem faça boicote à Direção Nacional sem dar a oportunidade aos filiados de *conhecer o que está acontecendo, que temos um Sindicato plural e é preciso justificar nossa* participação em eventos que defendam o estado democrático de direito, concordou com a colega que a CUT é a central mais combativa e há um questionamento sobre o que o SINPAF contribui com a central e o que ela oferece como retorno ao SINPAF. Ele também ressaltou que o SINPAF não tem perna para ir pra rua dentro da realidade que estamos vivendo e que há *cerca de 190 colegas que pagam até hoje por estarem em um plano de carreira velho por* conta de uma mobilização mal conduzida pelo Sindicato justificando que, ao agir, precisamos ser cautelosos, ter consciência que a categoria que eu represento não tem suporte e que, às vezes, a única forma é uma ação jurídica. Em função do adianto da hora e da demanda de continuidade do debate e realização dos encaminhamentos, o Secretário propos que o debate *fosse retomado após a palestra sobre a CERES, o que foi aceito pela Plenária.*

Dando prosseguimento a pauta, a gerente de benefícios da CERES, Mônica Albuquerque fez a sua apresentação destacando os seguintes pontos: a previdência será alterada, com certeza, *com ou sem impeachment; o governo propos alterações nas regras da aposentadoria e o novo* teto do INSS é de R$ 5189,82; o fator previdenciário vem reduzindo os valores dos benefícios uma vez que se irá pagar por mais tempo; o mais novos tem que pensar que a tabela de progressão não vai permanecer e que a tendência é que a aposentadoria seja apenas por idade; que na previdência complementar há o Plano Básico da Ceres, cujo cálculo do benefício *as vezes exige pagamento de jóia e é fechado e o Plano Flexceres (CV) de contribuição variável,* que permite ao empregado pagar mais ou menos de acordo com sua condição no momento, sendo ambos semelhantes nos demais itens; que o Plano apresenta hoje 12.573 participantes (contribuintes) sendo 8.000 da Embrapa e que, do total da folha de beneficiários, 70 % é da Embrapa; que há várias opções para recisão contratual: (a) autopatrocínio – o patrocinado *paga a contribuiçao dele e da patrocinadora por um tempo e quando aposenta recebe* proporcional, (b) benefício proporcional deferido – suspende as contribuições e o dinheiro fica aplicado e rendendo, sendo depois requerido, (c) portabilidade – transfere o total para outro Plano, com insenção de Imposto de Renda e (d) resgate - saca as contribuições pessoais com desconto do Imposto de Renda; que o Plano tem hoje um patrimônio de 2 bilhões e 600 *milhões em renda fixa. Ela finalizou ressaltando alguns aspecto da gestão da CERES: esclareceu* que a governança corporativa é constituída pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva – com diretores indicados pela Embrapa -, e Comitês de Investimento, de Seguridade e Comitê Consultivo de Planos; que este último é da Embrapa e pouco atuante e que dentro das unidades esses comitês devem ser reativados, cobrando mais esclarecimentos e informações *da Ceres; que as patrocinadoras são importantes pois demandam decisão colegiada sobre a* aplicação de recursos e auditorias independentes (além daquela realizada pela Embrapa e da fiscalização realizada pela Previc) e que no Comitê dos Planos Básico e Flex há dois integrantes do SINPAF eleitos pelos empregados. Abriu-se o debate: o Diretor Regional questionou a situação da Embrater e a palestrante esclareceu que todos os Planos Básicos da CERES pagam *um pedacinho pelo plano da Embrater pois a decisão judicial foi para que se pagasse e o* Conselho decidiu pelo uso do dinheiro de outras patrocinadoras; Andréia perguntou sobre os tipos de aplicação financeira e mencionou a dificuldade de entender o relatório apresentado pela Ceres e a palestrante sugeriu que se leia e se peça esclarecimento sobre ele à Ceres e que se cobre dos Conselheiros também; Natalie questionou se um plano poderia emprestar *dinheiro para outros e a palestrante esclareceu que os planos não podem fazer isto; Damaris* questionou o que seria mais interessante para o empregado, permanecer no Plano Básico ou mudar para o Flexceres e a palestrante esclareceu que não compensa fazer esta mudança, que só pode resgatar o dinheiro com recisão contratual e que o resgate é só do valor do patrocinado; Adilson comentou a divulgação feita pela Folha de déficit nas contas e perguntou *se houve auditoria externa, se isto foi divulgado e se há atrasos nos repasses feitos pela* Embrapa e a palestrante esclareceu que houve sim um déficit mas este foi técnico (conjuntural) e não estrutural e por isto não houve um aumento de contribuição, que a auditoria deve ter sido divulgada e que há atrasos mas estes não são significativos; Caetano questionou a diferença no empréstimo para ativos e aposentados e a palestrante esclareceu *que o dinheiro emprestado é de todos e é consignado e no caso dos assistidos, quanto mais* velho ele é, maior o risco de não pagar, e que isto foi aprovado em conselho, e que o SIAPE

também estava deixando a CERES por último em relação aos descontos aumentando o risco de não pagamento.

Em seguida, o Secretário passou ao tema sobre o CONSAD expondo a situação atual dos colegas Antonio Maciel Botelho Machado e Maurício Castelo Branco Santana que ainda não foram empossados neste conselho; O Presidente do SINPAF informou que foi dentro da sua gestão que se desenredou o processo da eleição para o CONSAD e que após a eleição a Diretoria Nacional cobrou o Presidente da Embrapa, o Presidente do Conselho e dois Senadores a ocupação dos cargos pelos eleitos e comentou que há uma restrição dentro do CONSAD que não permite que o representante do Sindicato vote sobre temas referentes aos trabalhadores; Andréia colocou a não representação de trabalhadores junto ao CONSAD como uma questão de honra e a necessidade de deixarmos de ser elegantes e colocar esta questão na mídia, usando esse recurso não só para o CONSAD mas para outras denúncias; Kátia levantou que esta deveria ser uma questão de honra para o Sindicato e deveria ser resolvida de forma mais drástica; O Diretor de Saúde colocou que a Diretoria Nacional refletiu sobre os riscos de retaliação que poderiam advir sobre esses colegas se houvesse uma intervenção mais drástica; Mário ressaltou que a gestão pública é omissa e conivente com as irregularidades, que o posicionamento da Embrapa é arbitrário e autoritário, propos que a Diretoria Nacional garantisse a vinda do Maciel e do Mauricio à Plenária Nacional e que devemos expor a Diretoria da Embrapa porque ela deve esclarecimento não somente aos empregados da empresa mas também a sociedade. Como encaminhamento foi proposto e deliberado pela Plenária Regional Sudeste a participação dos colegas Mauricio e Maciel na Plenária Nacional em abril, patrocinados pela Diretoria Nacional, para uma discussão conjunta sobre a participação deles no CONSAD, bem como uma moção de repúdio à Embrapa.

O secretário deu prosseguimento aos encaminhamentos da parte da manhã, retomando a proposta de se continuar a luta sindical com uma agenda e ações definidas. Tércia comentou a necessidade de um planejar de forma sistêmica, com ações práticas, mencionou a necessidade *de formação sindical, que a nossa ação não pode se limitar a uma moção/manifesto ou a uma* ação de curto prazo, que precisamos de planejamento estratégico com ações a curto, médio e longo prazo. Nelson, presidente da Seção Sindical Sede da CODEVASF, colocou que estão trabalhando neste sentido e se aproximando dos empregados para conhecer suas demandas, que as vezes essas demandas são diferentes daquelas que pensamos ser enquanto dirigentes, *que há necessidade de trabalhar a emoção e conhecer o não filiado para trazê-lo para o* sindicato. Carmen destacou que os dirigentes sindicais precisam se apresentar de forma mais efetiva para os empregados, que a participação dos não filiados somente no período de negociação precisa mudar, reforçou que a emoção é algo importante e que deve ser trabalhada para sensibilizar a participação. Guiomar, da Diretoria Nacional, ressaltou que *existe a desmobilização do sindicato mas, na base, as Seções Sindicais têm que intensificar as* ações propostas pela Diretoria Nacional. Andréia colocou que só há trabalhador porque há trabalho, que nós devemos defender o trabalho e destacou a gestão coercitiva da nossa empressa e que não podemos ser tão conciliadores. Caetano ressaltou que sempre haverá divergências no Sindicato e que quando se propõe algo na Seção Sindical ninguém participa. *Adilson retomou suas proposições anteriores, justificando que se ficarmos somente* produzindo moções e manifestos não haverá mudança e, portanto, precisamos de algo mais

impactante, uma ação para não filiados, uma ação política contra o chefe de Sete Lagoas junto aos Senadores e a Diretoria da Embrapa e uma ação para a negociação do ACT. Andréia leu o artigo 1º da Convenção 98 da OIT quanto a questão da não liberação sindical. O Presidente di SINPAD mencionou que temos cerca de 1000 filiados na região Sudeste e que a participação nos eventos das Seção Sindical da região é muito baixa, disse que entende que os não filiados não podem ser tratados como adjetos pois podem ser futuros filiados, que temos que tratar este tema com cautela e que alguns nunca serão filiados por princípio; além disso, declarou que o movimento sindical precisa ser reinventado, que os líderes que estão tensionando o sindicato também precisam ser reinventados e que, em geral, verifica-se que os dirigentes que atuam junto a sua base apresentam aumento de filiação; destacou que vamos ter dificuldade em administrar o nosso sindicato daqui a 2 anos pois, hoje, cerca de 1000 funcionários são aposentados trabalhando o que significa que vamos perder filiados e arrecadação e que além disso, algo que impossibilita a atuação e a sobrevivência do Sindicato é uma oposição permanente frente a tudo que é proposto; declarou que precisamos fazer um trabalho de alteração na presidência da Embrapa e ser inteligentes em nossas ações, tendo clareza das decisões para evitar a retroação e que cada Seção Sindical deve cumprir com o seu dever e sua missão. O Diretor Regional colocou que as questões discutidas nesta Plenária já foram discutidas em Plenárias passadas e que falamos muito e agimos pouco e que judicializar as questões virou rotina e conclui que precisamos fazer com que os filiados confiem em nós, nos respeitem pela nossa atitude e postura frente as questões, com enfrentamento, sem medo. O Diretor de Assuntos Jurídicos comentou que há no governo uma discussão para a fusão de Ministérios e Empresas Públicas e há uma conversa dentro da Embrapa sobre a não manutenção da sua estrutura pesada e esclareceu que, juridicamente, não existe como excluir a participação dos não filiados. Adilson ressaltou ser, esta última, uma questão controversa pois esta participação segundo a CLT seria apenas para situações exdrúxulas, assim cabe uma consulta a uma banca que trabalhe junto aos tribunais superiores. Flávio esclareceu que a tendência dos juízes é contra a restrição da participação dos não filiados. Adilson disse que a questão local da Seção Sindical Gado de Leite já foi resolvida e que a colocação dele foi relacionada ao Sindicato como um todo. Flávio disse que em relação ao ACT o juiz não vai acatar entrar em dissídio sem negociação. Natalie comentou que, sobre os não sindicalizados, entende que precisamos melhorar a percepção destes quanto aos benefícios. Andréia destacou que os dirigentes são bem atuantes, em geral, mas que as nossas bases são bastante conservadoras. André colocou que os não filiados muitas vezes deixam claro que eles pensam apenas na questão financeira. Em seguida, sobre coordenação da mesa deliberou-se sobre os seguintes encaminhamento: 1) redigir manifesto da Plenária Regional Sudeste contra a Diretoria Executiva da Embrapa a ser assinado por todos os participantes, 2) realizar ação política junto aos senadores e deputados, sob coordenação da Diretoria Nacional, uma vez que entende-se que houve uma retaliazação contra os delegados, para que encaminhem ao presidente da Embrapa a sua manifestação contrária, e 3) apresentar e ratificar na Plenária Nacional carta a ser encaminhada a AJU, argumentando sobre a Conveção 98 da OIT e questionando seu parecer que ratificou a decisão intempestiva da Diretoria Executiva da Embrapa, de não liberar os delegados eleitos pela Seção Sindical Sete Lagoas para participarem da XX Plenária Regional Sudeste.

No dia 13 de abril, o secretário deu início aos trabalhos às 8h30, avaliando o dia anterior, destacando que o regimento interno pode apresentar possíveis falhas no sentido de favorecer o debate, o que deveria ser melhorado para a próxima plenária. Após sua exposição, alguns colegas pediram a palavra e colocaram suas dúvidas e opiniões. Ao final, o Diretor Regional, tomou a palavra, esclarecendo a necessidade de participação de todos, o risco de mudar o regimento naquele momento e a importância das pessoas se manifestarem e se posicionarem dentro da Plenária.

Em seguida, deu-se início a exposição do primeito tema, Acordo Coletivo de Trabalho, realizado pelo Presidente do SINPAF e pelo seu Diretor de Assuntos Jurídicos. O presidente fez uma exposição da mudança realizada na condução do ACT, citando o estabelecimento de um novo um cronograma. Comentou que já houve duas reuniões com a Dr. Vânia cobrando o início das negociações e que ela justificou dizendo que o governo ainda não deu qualquer sinalização para o início destas; disse que a comissão de negociação foi ampliada de modo a incluir 2 filiados por região, um titular e um suplente, além dos 5 compenentes da Diretoria Nacional e mais 5 presidentes das seções sindicais convidados para compor esta comissão; também afirmou que se quer garantir, na negociação, as cláusulas que estão em vigor, porém, vamos nos deparar com cláusulas que nós mesmos queremos modificar, o que de certa forma é um contrasenso e isso a Embrapa tem clareza e a ela também quer alterar o ACT removendo o Plano de Saúde. O Presidente comentou, ainda, que há uma expectativa de que, na 2ª quinzena de abril, a Embrapa apresente uma programação para inicar a negociação. Em seguida destacou que há algo muito tensionado em nosso Sindicato que é a perda da data base, que é 1º de maio, e que nós em nenhum momento do nosso movimento perdemos nossa data base porque sempre iniciamos um processo de negociação antes do prazo estabelecido pela legislação, esclarecendo que a apresentação da proposta para negociação tem que ser feito 60 dias antes da data base e que, neste ano, isto foi feito em dezembro. Também esclareceu que, somente quando não há acordo na negociação é que se vai para o dissídio e, que neste processo, há uma reunião de conciliação e se não houver conciliação é que se instala o dissídio, que deve ser acordado pelos dois lados. Ele finalizou dizendo que algumas cláusulas terão que ser vistas uma a uma porque há modificações nas mesmas. O Diretor Jurídico acrescentou que a súmula 277 diz que não se pode retirar nenhum benefício do ACT e que é preciso negociar primeiro para depois ir para o dissídio. Em seguida abriu-se o debate. André destacou que na mobilização do ano anterior não houve uma comunicação efieciente da nacional com a base, também questionou o fato dos membros da Embrapa que participam da mesa de negociação não terem poder de decisão e a importância de se ter cuidado com a escrita no ACT. O Presidente da Seção Sindical Cruz das Almas ressaltou que a comissão de negociação do ACT não é a comissão de sistematização e a importância de se manter o Plano de Saúde no ACT; comentou ainda sobre participação dos não filiados nas votações referentes ao ACT e que a empresa está colocando para os empregados a escolha entre hora-extra e compensação anual de horas de forma contrária ao que dispõe o Termo Aditivo. Adilson destacou que temos pessoas para formar uma boa comissão de negociação e que concordava com o colega que a comissão de negociação não é a mesma que a de sistematiação e questionou o que as outras plenárias encaminharam quanto a esta questão; quanto ao ajuizamento do ACT, ele colocou que isto seria uma prerrogativa do Sindicato e não

haveria necessidade da concordância da empresa. Wallace esclareceu que a base, no ano passado, entendeu que o SINPAF havia perdido a retroatividade quanto a data base e não a data base, reforçando a falta de comunicação entre a Diretoria Nacional e as bases. Kátia sugeriu que antes de se iniciar o processo de construção da Pauta de Reivindicações da categoria, se elabore, juntamente com as Seções Sindicais, o cronograma e as estratégias a serem utilizadas para esta construção. Natalie sugeriu que, para não perder a retroatividade em relação a data base, deve-se cuidar dos prazos e que se deve aprender com os erros passados pra melhorar; que o ano de 2016 será mais difícil e isto vai demandar focar mais nos avanços que na revisão das claúsulas já acordadas e que a questão da manutenção da Casembrapa no ACT é de prioridade máxima. Andréia falou sobre o prazo para a retroatividade e se já houve o ajuizamento; ela também ressaltou que, em seu entendimento, os colegas que participaram da sistematização do ACT não deveriam necessariamente compor a comissão de negociação como foi colocado pela Diretoria Nacional; acrescentou que a Pauta de Reivindicações tem que estar acessível a todos assim como as questões relativas a sua construção e negociação e que a base precisa saber o que está acontecendo para possa estar mobilizada; finalizando, disse que, em sua Seção Sindical, foi questionada a perda da retroatividade e não da data base, destacando a importância do Diretoria Nacional cuidar para que isto não aconteça mais. Carmelita questionou sobre a forma de negociação e de construção do ACT sugerindo que deveríamos comerçar a discussão com mais antecedência; ela ressaltou que a Embrapa faz uma comunicação sobre o ACT mais eficiente com a base que o Sindicato e destacou a restrição que a empresa coloca em seu programa de capacitação para os empregados e as dificuldade de liberação para realização de estágio. Itamar pontuou que a patronal está criando processos para desmobilizar a categoria, que a empresa está impedindo os colegas de participar dos processos do Sindicato e que devemos dar uma resposta imediata a isto, também destacou que o contexto atual vai comprometer a negociação do ACT e que estamos desmobilizados. Mário ressaltou que estamos em um contexto de arbitrariedade e de autoritarismo e que neste contexto também se dará a negoviação do nosso ACT; que precisamos melhorar o mecanismo para construção de uma pauta mais adequada, ter uma estratégia e uma agenda política para a negociação e definir quais são as nossas bandeiras como, por exemplo, o Plano de Saúde, e quais são as nossas bandeiras democráticas quanto a participação de dirigentes nas atividades sindicais e a eleição de gestores na empresa, também apontou que a comissão de sistematização não foi eleita para ser a comissão de negociação, e que é favorável a ampliação da comissão de negociação para que tenhamos pessoas atuando fora e na mesa de negociação propondo, ainda, que a participação dos 3 membros por região aprovados nas Plenárias Regionais de 2015 seja ratificado na Plenária Nacional. Marcelo salientou que não entendia porque temos pessoas gerindo a Casembrapa que não possuem competência para isto, ressaltou a questão da participação dos não filiados nas Assembleias e que, diante da situação crítica, deveríamos ir para uma greve, contando com a particcipação dos não filiados; além disso, ele solicitou um dinamismo maior da Diretoria Nacional junto às bases por entender que a falta de clareza e entendimento prejudicam o Sindicato. Carlos Henrique mencionou ter a percepção de um certo tensionamento quanto a comissão nacional de negociação e se posicionou favorável a transformação da comissão de sistematização em comissão de negociação uma vez que acredita que estas pessoas têm maior conhecimento da pauta e que, em sua opinião, uma mesa de negociação com muitos membros não funciona

com eficácia; ele destacou que viu como interessante a proposta feita pelo companheiro Mário de criar uma comissão nacional de mobilização, mas alertou para o custo desta prática e, em relação aos não filiados, disse que precisaríamos discutir mais profundamente a questão e sugeriu um Campanha Nacional de filiação, com uma estratégia definida a partir de um diagnóstico para saber quem são e onde estão esses não filiados. O Presidente do SINPAF esclareceu que o processo de negociação não impede a mobilização, que já foram feitas várias tentativas para a construção da pauta e, na última, após a consulta às bases, fez-se o debate com pelo menos 38 Seções Sindicais até chegar na pauta consolidada, contudo, algumas Seções Sindicais não apreciaram a pauta e isto é responsabilidade dos dirigentes; ele também alertou que existem prazos para se divulgar o editais e que o ACT não tem que ser construído só em Brasília assim como a mobilização não tem que ser feita somente lá, destacando que os custos são muito elevados para fazer esse processo em Brasília e que falta mobilização nas bases. Ele acrescentou que a Casembrapa não será removida do ACT e que, conforme o Termo Aditivo, as horas extras não habituais vão para a compensação de horas. Em seguida ele fez uma provocação quanto aos não filiados questionando se não temos argumentos suficientes para fazer o convencimento destes, que devemos fazer o enfrentamento, colocando-os em cheque mostrando que, com sua ação, estão beneficiando a patronal. Além disso, ele afirmou que não há consenso jurídico quanto a restrição da participação dos não filiados nas Assembleias, podendo isto ser revertido contra o próprio sindicato e que há não filiados que participam das mobilizações. Quanto a composição da mesa de negociação, mencionou o que diz o estatuto e ressaltou que trazer o debate político interno para mesa de negociação é danoso não para a Diretoria Nacional mas para os empregados e que isto não deve acontecer novamente; esclareceu ainda que a discussão sobre a composição da mesa não ocorreu nas outras plenárias e que a Diretoria Nacional entendia ser justo que os 5 companheiros que participaram da sistematização participassem da negociação; além disso, afirmou que o processo de mobilização não se dá só em Brasília embora se possa fazê-lo quando há necessidade e que o presidente da Seção Sindical deve ser liderança em sua base; também destacou que, no ano passado, nas redes sociais, se falou em perda da data base e que isto colocou a Diretoria Nacional em descrédito; esclareceu ainda que não há como instaurar o dissídio sem que a negociação tenha ocorrido e sem este ser consenso entre as partes. Para concluir, o Presidente do SINPAF afirmou que irão recorrer às casas que tem poder para influenciar o processo de negociação como a Casa Civil, a Câmara dos Deputados e o Senado. Em seguida, Mário encaminhou proposta que a composição da comissão de negociação e da comissão de mobilização e a definição de uma agenda e uma estratégia de negociação e de mobilização sejam debatidas e ratificadas na Plenária Nacional, o que foi deliberado pelos membros da Plenária. Em seguida, Adilson propos, também como encaminhamento, que a Plenária deliberasse sobre a participação dos não filiados nas votações referentes ao ACT e, tomando a palavra, o Presidente do SINPAF esclareceu novamente que isto já está definido no Estatuto do Sindicato e que há questões jurídicas envolvidas. Andréia sugeriu que a Plenária Nacional apreciasse a inserção dessa questão no Edital de Convocação das Assembleias. O Presidente do SINPAF e o Diretor de Assuntos Jurídicos esclareceram mais uma vez as questões jurídicas e estatutárias. Então, Orlando sugeriu, como encaminhamento, que se faça esse esclarecimento sobre a participação dos não filiados, para todas os presidentes, na Plenária Nacional, o que foi deliberado pela Plenária. Antes de dar prosseguimento a pauta, o

Presidente pediu à mesa um tempo para falar sobre a material da campanha salarial e solicitou aos dirigentes que disponibilizassem este material para toda a sua base.

Em seguida, o Diretor de Saúde explanou sobre o tema Casembrapa, destacando os custos (total per capita) assistenciais com despesas ambulatoriais e hospitalares, o total de despesas (custo mensal médio), o custo per capita mensal (R$ 257,00) que reflete boa administração do plano pois é inferior ao de outros planos, a questão das pessoas em débito com o plano (347 empregados ativos foram excluídos, sendo 1140 assistidos com os dependentes) e o saldo de 20 milhões do plano que está em acordo com o critério de saúde financeira. Ele falou da necessidade do reajuste salarial para repor as perdas do plano com a inflação da saúde de 2015 (12,5% é o índice de inflação de saúde da Casaembrapa), que se está lutando para que não haja cobrança por oncologia e hemodiálise e para que se reduza o percentual cobrado por exames. Além disso, ressaltou que mudanças estão em discussão no Conselho, como a constituição de um fundo de reserva assistencial (cobrirá despesas com oncologia e vacinação) e a cobrança de internação por diária (R$ 100,00 por dia de internação). Nilson Carrijo, da Diretoria Nacional, comentou que a reabertura do prazo para o parcelamento da dívida dos assistidos foi negada, que foi aprovado o parcelamento de despesas de coparticipação e a possibilidade do empregado ativo poder aderir ao plano em qualquer momento, mas que após 12 meses de não pagamento da dívida não se pode mais voltar ao plano. Também destacou que os conselheiros do SINPAF são bem atuantes produzindo bons resultados e questionou a participação da FAEE como representante pois ela não tem nenhum papel dentro da Casembrapa e é pouco atuante. Ele também ressaltou que o custeio da vacinação para a gripe foi negado e que cada unidade fará a negociação com os laboratórios locais, que houve a revisão do estatuto (solicitaram sugestões às Seções Sindicais e poucas enviaram) e que foi aprovada a contratação de médicos auditores. Acrescentou ainda que os dirigentes sindicais podem indicar clínicas e hospitais para ampliação dos convênios do Casembrapa, que foram realizados estudos autuariais quanto a sobrevida do Plano e foi realizado estudo da cobrança do aposentado pelo percentual do salário de aposentadoria pois alguns tem só INSS e outros tem CERES e INSS e isto está em discussão. Finalizando, disse que os gestores do nosso plano não podem ter uma visão comercial do mesmo pois ele é nosso e a saúde do trabalhador passa por um bom Plano de Saúde.

Dando prosseguimento, abriu-se o debate. Andréia elogiou a apresentação dos colegas da Diretoria Nacional e cobrou uma postura mais profissional daqueles que atuam junto ao Plano e esclareceu que questiona a atuação do SINPAF na Diretoria, não no Conselho, e questionou também o atraso no reembolso. Adilson sugeriu ter o atendimento do Sindicato pelo Casembrapa, a necessidade da comunicação com a base sobre as questões dos aposentados e a disponibilização de dados e informações. Evandro questionou como ocorre o repasse para os médicos e hospitais pois alguns estão se descredenciando e questionou a exigência de autorização para exames muito simples. O Diretor de Saúde, dentre outras questões, esclareceu que os atendentes desconhecem que não há necessidade de autorização para certos exames e que o repasse da Casembrapa tem sido realizado no prazo e muitas vezes o atraso vem do repasse da clínica ou do hospital ao médico. Marcelo colocou a questão da rejeição dos médicos em relação a Casembrapa, da possibilidade democrática de se desligar e religar ao Plano e sobre o não recebimento do questionário para sugestões. Natalie sugeriu

que o comitê local seja melhor informado pelos conselheiros do SINPAF, comentou que o questionário foi bastante importante pois trouxe sugestões das pessoas e destacou a necessidade da Casembrapa ter uma proposta para os pais dos titulares. O Diretor de Saúde ressaltou que podemos indicar nomes de profissionais e clínicas para credenciamento, que também concorda com retorno do ex-associado ao plano, esclareceu que é a coparticipação que permite a formação do fundo de reserva e a saúde do nosso plano e concordou com a necessidade de encaminhar a questão dos pais idosos e dos filhos quando deixam de ser dependentes. Carlos Henrique parabenizou os membros da Diretoria Nacional pelo trabalho realizado junto a Casembrapa destacando que não devem ser sempre eles a responderam com presteza as demandas dos associados pois a Casembrapa precis melhorar esse atendimento, questionou se houve alguma articulação com as Associações dos Empregados para a substituição da presidência do Conselho e necessidade de apresentar números quanto ao aumento da nossa participação para contribuir com os colegas que necessitam do Plano e questionou porque os custos do Plano são tão elevados. Nilson Carrijo respondeu que cada hospital cobra um valor e ele vai solicitar ao Cássio que esclareça isto por escrito. O Diretor de Saúde ressaltou a importância da base informar os problemas para os conselheiros do SINPAF para que tenham argumentos junto ao Conselho, esclareceu quanto ao custeio que temos que provar com números e que os empregados titulares do Plano terão que decidir se aprovam ou não e acrescentou que os processos são mesmo burocráticos e em casos de emergência é importante o contato com os conselheiros. Damaris questionou sobre como se dá a autorização dos exames e do PCMSO, a questão do médico na unidade com atuação restrita ao PCMSO, a cobrança além dos 20% e porque o empregado inadimplente fica sem plano se o ACT garante este direito. O Diretor de Saúde, dentre outros esclarecimentos, reforçou que são poucos os tipos de exame que pedem autorização e se deve comunicar isto a Casembrapa, que o médico na unidade é só do PCMSO mesmo e é preciso pensar em como fazer melhor uso deste profissional a favor dos empregados e do Plano, que a cobrança ao titular não pode passar de 20%. André destacou que a base precisa ver o que o SINPAF está fazendo e comentou que, por ocasião da entrega de documentos, em nenhum momento ele teve um protocolo ou algum documento que comprovasse que comprovasse os recebimentos destes pela Casembrapa na data tal e que gostaria de confirmar se é função do SGP recebe tais documentos. O Diretor de Saúde afirmou que irá levar esta questão do protocolo para o Conselho e também que a Casembrapa deveria aceitar o envio de documentos escaneados aguardando o recebimento dos originais.

No início dos trabalhos, no período da tarde, a mesa propos mudança da pauta uma vez que, em função do atraso, haveria prejuízo da participação da Advogada convidada pelas Seções Sindicais do Rio de Janeiro. A alteração foi aprovada e iniciou-se apresentação Dra. Ligia Bonfim Saraiva, advogada da assessoria jurídica das Seções Sindicais do Estado do Rio de Janeiro. Ela comentou que ajuizou 8 ações referentes ao não cumprimento da Cláusula de Insalubridade, destacando que o ACT tem força de lei e esclarecendo que o nível de exposição não precisa ser determinado para que o empregado receba o adicional, que a simples exposição já gera o grau médio e, portanto, a perícia só serve para confirmar o grau, se médio ou maior e que isto está sendo reconhecido em juízo. Ela ressaltou que o ACT tem peso e ele pode realmente proteger e garantir os direitos do trabalhador e que o trabalho do Sindicato é

observar e encontrar meios para garantir o seu cumprimento, que a Embrapa não pode se recusar a pagar algo que ela própria anuiu. Em seguida abriu-se o debate e diversas colocações foram feitas pelos presentes. Ao comentar e responder a colocações a advogada destacou que junto ao processo judicial se deve anexar documentos que comprovem que os produtos químicos manipulados são reconhecidos pelas normas brasileiras como carcinogênicos e mutagênicos pois quando não se tem este cuidado o juiz solicita uma perícia para confirmar isto. Ela também ressaltou que é obrigação da empresa tomar a iniciativa para cumprir o ACT e que, infelizmente, os gestores esperam um requerimento administrativo que vem dos empregados para cumprí-lo, que não apenas a Embrapa mas outras empresas públicas ferem o princípio da isonomia, que os juízes desconsideram laudos posteriores à Cláusula 38ª do ACT, que a empresa não retira a cláusula porque ela tem funcionários que estão sim em situação insalubre, que quanto mais se exigir o cumprimento da Claúsula 38ª reforça-se a necessidade da sua existência e da sua manutenção no ACT, que para a recusa de apresentação do PPP pode-se entrar com ação de exibição de documentos e que o empregado pode requerer o PPP para outras finalidades como verificar a possibilidade de uma aposentadoria especial, que pode ser possível receber cumulativamente o adicional referente ao ACT e aquele referente a CLT quanto estes referem-se a questões distintas e que uma norma interna não pode remover um direito adquirido e isto pode ser questionado juridicamente. Como encaminhamento Adilson sugeriu a disponibilização dos laudos e compartilhamento entre as Seções Sindicais. Encerrando o debate, o secretário da mesa encaminhou para apreciação pela Plenária a proposta da criação de um banco de dados na região sudeste, disponibilizando os laudos periciais das Seções Sindicais desta região, como base para um banco nacional de laudos a ser organizado pela Diretoria Nacional e esta foi deliberada.

O Diretor Jurídico, apresentou os resultados de ações acompanhadas pela Detoria Nacional e esclareceu sobre alguns projetos de Lei que podem beneficiar também os trabalhadores da Embrapa. Em seguida, abriu-se a palavra aos presentes e no debate, que contou com a participação de diversos delegados, destacaram-se duas questões: as exigências restritivas impostas pela empresa para a realização de pós-graduação, a exclusão dos técnicos como co-autores em publicações e as inúmeras exigências existentes na norma referente ao uso de veículos da empresa pelos empregados.

Após breve intevalo a plenária retomou seus trabalhos tratando do tema PLS 555 e 4330 e seus reflexos nas empresas da base do SINPAF. Dando início a exposição do tema, O Diretor Jurídico apresentou o PL 4330/2004 e o PLC 30/2015 referentes a terceirização que estão em tramitação e incluem a terceirização da atividade fim da empresa e a PLS 555/2015 que trata da abertura da empresa pública ao capital privado, transformando estas empresas e aquelas de economia mista em sociedade anônima. Ele destacou que houve uma interlocução com alguns Senadores para uma modificação no aritgo 5º excluindo-se as estatais dependentes do Tesouro Nacional. Ele também comentou o Pl 21 77/2011 e o PLC77/2011 que foi aprovado por unanimidade no Senado tornando-se a Lei 13.343 de 11/01/2016 e apresentou algumas de suas características destando o amparo legal para a criação de subsidiárias (ECTIs), como a EmbrapaTec, subsidiárias ligadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia, bem como a criação de uma nova fundação de apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, de desenvolvimento institucional e de estímulo à inovação que sejam de interesse das ICTs, chamando atenção

para o artigo 6º do Estatuto do Embrapa que fala sobre evitar a duplicação de investimentos em atividades de pesquisa. Ele acrescentou que o PLS 555 foi alterado para PL 4918 e está na câmara recebendo modificações e que houve um comitê em defesa das estatais e que estes contataram diversos senadores, destacando que há um projeto substitutivo sendo proposto e que ainda haverá uma interloculação política com alguns deputados; também solicitou a colaboração das Seções Sindicais para esta interlocução uma vez que na Câmara ela é mais difícil de ser feita e ressaltou que muitos colegas nas universidades e na Embrapa estão favoráveis a essas alterações na perspectiva da facilitação na captção de recursos. O Presidente da Seção Sindical de Cruz das Almas, Orlando Silva, comentou que todos esses projetos estão dentro da Agenda Brasil e significam um desmonte do Estado Brasileiro. Ele destacou que com a PLC 77/2011 haverá uma interferência direta do capital privado nas empresas públicas e que, embora ela tenha sido aprovada, a nossa ação não acabou pois a Lei terá que ser regulamentada e temos que trazer esta discussão para o Sindicato, acompanhar esta regulamentação de perto e tentar interferir. Em seguida, abriu-se o debate com a participação de diversos delegados que fizeram considerações e questionamentos destacando a ameaça que essas PLs representam para a contratação de novos empregados, para o meio ambiente, para os agricultores e trabalhadores deste país e também a importância de se fazer uma discussão e uma crítica mais contundente. Após o debate foi encaminhada a mesa proposta da realização de uma campanha local, regional e nacional em defesa da Pesquisa Pública no Brasil, criando um grande movimento com outros setores, centrais sindicais, movimentos sociais, sindicatos, dentre outros, com o objetivo de promover uma discussão mais profunda e um esclarecimento sobre as transformações que estão por vir, com uso diversos materiais e em diferentes espaços. Em seguida, a mesa colocou a proposta para ser deliberada pela Plenária que assim procedeu.

Nada mais havendo a declarar e apresentando abaixo a síntese das deliberações desta Plenária e as Moções por ela aprovadas, bem como seu Regimento Interno e sua Programação (Pauta) eu, Kátia Sampaio Malagoli Braga, relatora da XX Plenária Regional Sudeste, juntamente com o presidente da mesa, Francisco Carlos de Oliveira, e com o secretário, José Carlos Sá Ferreira lavramos a presente Ata.

Francisco Carlos de Oliveira	José Carlos Sá de Oliveira	Kátia S. Malagoli Braga
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa	Relatora